

SANITARISMO, SAÚDE E CULTURA: A CONSTRUÇÃO E A CONCEPÇÃO AMBIENTAL EM GOIÂNIA DURANTE O SURGIMENTO DA CIDADE (1933-1942)

Thiarlles Elias de Paula¹

RESUMO

Este trabalho possui o objetivo de perscrutar e compreender, em uma perspectiva epistêmica da história ambiental e da interculturalidade, a percepção do meio ambiente construído entre os pioneiros durante o surgimento de Goiânia, na cidade. Como este meio ambiente pôde ser concebido por diferentes agentes sociais, tendo como referência o sanitarismo, questões de saúde pública e culturais (pois, à época, não se utilizava o termo “meio ambiente”). Por fim, apresenta-se a narrativa das paisagens naturais durante o período em pauta e, as mudanças na nova capital de Goiás mediante a abordagem antrópica paisagística.

PALAVRAS-CHAVE: Goiânia. Sanitarismo. Saúde. Ambiental. Cultura.

INTRODUÇÃO

Quando grupos de pessoas migram de um lugar ao outro, sejam às cidades, países, tribos ou qualquer local, estes indivíduos levam com os mesmos suas identidades. Estas culturas são construídas nos seus respectivos locais de origem. Escobar (2005) delinea o lugar como experiência ligada à uma conexão com o cotidiano da vida, que gera um sentimento de pertencimento dos sujeitos às origens (porém, adaptativa ao lugar presente).

É nesta perspectiva que, através deste trabalho, pretende-se analisar e compreender o cotidiano e práticas sociais dos operários e da sociedade durante a construção de Goiânia na cidade em obras. Proletários residiam em cabanas (além de outras residências precárias), no meio e no entorno de nichos de veredas e matas de galeria de onde hoje é Goiânia, ao lado do

¹ Mestrando em história pela UFG, especialista em Gestão Ambiental e bacharel e licenciado em história (UFG). E-mail: telias1000@gmail.com .

descampado do núcleo central do município, com obras em surgimento, nas décadas de 1930 e 1940.

Pelo fato de Escobar fazer uma análise deste apego humano por meio de práticas culturais e ecológicas, dentro de um modelo de natureza ao lugar, não só pelo crivo histórico, mas também pelo processo de globalização, utiliza-se neste trabalho, também, outros autores que são referências nos estudos históricos ambientais. Todas estas teorias podem contribuir para compreensão da relação dos operários com a região da Goiânia em obras, na primeira metade do século XX, focando o tempo e espaço em pauta. Teorias que foram resultantes de um processo evolutivo da pesquisa histórica².

Este histórico de concepção do lugar, segundo Escobar, parte de antes da economia política e da crítica da representação histórica, sobretudo, durante a “década de oitenta” (ESCOBAR. 2005), com a concepção de que lugares são construções históricas nos quais são consideradas as relações culturais, sociais e econômicas.

A SIMBIOSE ENTRE O CAMPO E A CIDADE

Quando os trabalhadores rurais chegaram aos milhares durante a construção de Goiânia, estes continuaram mesmo em solo urbano, ou em volta do núcleo em obras, com práticas do meio rural (de onde eram originários). Tais atitudes destes operários podem ser abordadas como uma espécie de resistência à ideia de modernidade. Esta última trazida pelos empreendedores de Goiânia, que construíram a nova capital, depois destes terem adquirido as concepções da chamada modernidade na Europa e no Rio de Janeiro.

Segundo Quijano, há na “pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é, portanto, uma europeização” provinciana (QUIJANO, 2005, p. 112 et. al). Outrossim, o processo de modernização pautado no estilo *art déco* na construção da cidade que abriga os

² Para Donald Woster (1988), inicialmente, historiadores depois de pesquisarem o poder, a vida social e os pensamentos das pessoas, resolveram ir “mais fundo” para atingirem as camadas de classe, do gênero, da raça, da casta até perceber-se o que deu forma às camadas superiores da política. Os historiadores ambientais buscam na própria terra, nos recursos naturais, na água, nas florestas e na própria interação da cultura humana com a natureza e o meio ambiente, entender o comportamento do homem no seu tempo. (WOSTER, et. al. 1991).

goianienses, permearia esta ânsia pela modernidade (mesmo não correspondida em sua totalidade).

No entanto, as práticas rurais migraram-se para a cidade tanto por meio dos operários, quanto por famílias de latifundiários que residiam na nova capital. Isso propiciaria vantagens aos grupos dominantes no início de Goiânia, pois estes pioneiros além de conhecerem o processo de modernização na Europa e no Rio de Janeiro, conheciam as práticas camponesas dos operários que viviam em entorno do núcleo urbano³.

Este processo de adaptação de diferentes povos da América (e inclui aqui, especificamente, Goiânia) entre a modernidade e a adaptação dos povos americanos, é concebido por Dussel (2000) como “Trans-modernidade”. Não que a modernidade advinda com o descobrimento da América, em 1492, fosse negada. Mas, que nestes mais de 500 anos, os povos americanos viram-se com novos meios de sobrevivência. Destarte que, no entorno de Goiânia na época em pauta, por exemplo, havia muitas lavouras de milho e mandioca cultivadas por trabalhadores vindos do campo (e por índios antes destes), prática exercida desde a América pré-colombiana.

Há poucos quilômetros do Palácio das Esmeraldas eram vistos vários tipos de hortas, cabanas, casas construídas com barro, argila e pau a pique (outrora utilizada, pelos agora operários, nas fazendas que antes eles residiam no interior de Goiás, e em outros estados). Cavalos, gado, porcos, galinhas e outros animais (que também são criados no campo), perambulavam pelas ruas de chão vermelho da cidade. Parecia que uma parte do meio rural fora “transportada” para Goiânia nas décadas de 1930 e 1940.

Outrossim, homens que saíram do meio do sertão, zona rural de Goiás e de outros estados, se assentaram na periferia da emergente capital com uma perspectiva de pensamento moderno. Tiveram que criar novas culturas de adaptação entre a selva urbana (margens dos rios, veredas e matas ciliares), e a cidade no centro. Nesta ótica, o significado das práticas culturais se daria “na relação direta entre o sujeito perceptivo e o ambiente que ativamente propicia ações para este sujeito” (CARVALHO; STEIL, 2013, p. 62). Portanto, os hábitos dos imigrantes na nova capital de Goiás teriam mudado mediante a mescla entre hábitos

³ Antes de conhecerem a Europa e o Rio de Janeiro e empreenderem a construção de Goiânia, Pedro Ludovico e parte de seus apoiadores moravam na Cidade de Goiás e em fazendas. O próprio interventor ia frequentemente à fazenda do seu sogro em Rio Verde. Em suas memórias, Ludovico descreve com detalhes o seu contato com a natureza (mesmo antes de ir estudar no Rio de Janeiro) e suas idas às zonas rurais.

urbanos e rurais (de origem) dos mesmos. Isso em meio a uma crescente degradação de cerrado nativo para o crescimento da cidade.

Não obstante, a maior adaptação não seria a geográfica, simplesmente, (até porque a criação de galinhas, porcos e gado era comum perto da cidade em obras). Mas, a percepção do espaço destes operários estaria na forma de apreensão entre as origens rurais do passado e àquele presente permeado de uma expectativa, em meio a um cadenciado processo de modernização. Assim, diferentemente da dicotomia homem e natureza, concebe-se o espaço de forma holística, sendo este, produto da cultura humana, de significado, juntamente com uma evolução natural.

A perspectiva teórica proposta para abordagem dos agentes sociais que construíram Goiânia e o ambiente do cerrado na região em pauta, também, pode partir da maturidade epistemológica da “construção” da natureza. Elaborada pelas pessoas que podem oferecer a possibilidade de desfazer-se “da relação binária entre a natureza e a cultura” (ESCOBAR, 2005, p. 71 et. al.). Neste prisma, concebe-se o ambiente apropriado pelos indivíduos como parte deles mesmos, junto com suas identidades, adaptações e referenciais.

Nasr Fayad Chaul trabalha esta questão da cultura adaptativa com aqueles que ocupavam o centro do núcleo urbano da nova capital de Goiás. Pois, em Goiânia mesclava-se o urbano e o rural, destarte que “uma parcela da sociedade da época que tinha voz na política local, escondia o fazendeiro por trás do profissional liberal. O médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, o bacharel, etc., (*sic*)” (CHAUL, 1997, p. 229), eram quase todos ligados à estrutura fundiária, com a “mentalidade rural em área urbana”.

Entre os imigrantes mais pobres havia aqueles que outrora foram peões de fazenda. Agora eram carroceiros que transportavam cascalhos para as obras no centro da cidade. Voltavam para os córregos para buscarem mais britas, areia e outros recursos naturais como argila.

Outros plantavam hortas nos quintais de suas residências ou ranchos. Havia pequenos agricultores nos arredores da cidade, que frequentemente eram expulsos pelos grileiros. Outrossim, esta forma dos moradores conceberem o ambiente pode transcender a posição cultural, construtivista e hermenêutica “sobre os diferentes sentidos da natureza. É a construção de um conceito que enlaça o material e o simbólico, o ente e o ser, o econômico e

o ecológico, o interno e o externo, objetivo e subjetivo, o passado e o futuro” (LEFF, 2001, p. 16 et. al.).

Esta mesclagem indenitária permeou a dependência do meio ambiente dos moradores de Goiânia durante a construção da cidade. Reforça este conceito de nichos de “selva urbana” na nova capital de Goiás no período em pauta. Moradores faziam “coleta de frutos silvestres comestíveis, na primavera e no verão; de plantas medicinais, [...], corte de capins, e a coleta da paina, das paineiras e do imburuçu, utilizados para encher colchões e travesseiros” (GOMES, 2002, p. 25). Como nas fazendas, ratifica-se a utilização da “lenha seca para aquecimento e manutenção dos fogões caipiras e fornos de barro” (GOMES, 2002, p. 25).

Não se observa aqui apenas a questão da renda entre os moradores pioneiros em Goiânia, muito menos só a percepção de classes. Como enfatiza Santiago Castro Gomes (2005), há outros elementos impostos para a diferenciação social dos agentes sociais, imposição percebida desde os estudos do período colonial. Não obstante, havia práticas incomuns do meio rural entre os moradores da periferia e da zona central. Observa-se aqui é certa diferenciação da apreensão da modernidade entre os moradores das respectivas zonas rural e urbana, do município. Todavia, percebe-se muitas práticas cotidianas semelhantes.

Havia os banhos a céu aberto em Goiânia, “inclusive, nos buracões de tapiocanga da Vila Coimbra e nos saibros do Vaca Brava” (GOMES, 2002, p. 25). Entre a população, havia outros hábitos cotidianos como “as pescarias, as caçadas com estilingues, arapucas, visgos e espingardas, incluindo, as feitas com cano de cabo de guarda chuva”. Até as crianças se inspiravam em personagens da selva, como nas “brincadeiras de Tarzan pulando de galho em galho”. Às margens dos cursos d’água, encontrava-se “lavadeiras, semidesnudas, em seus banhos costumeiros”. (GOMES, 2002, p. 26)

A assimilação das crianças entre os filmes e a vida real através das imitações do Tarzan em meio ao cerrado nativo, evidencia a facilidade das mesmas estarem sob a influência do cinema e seus cotidianos no município em pauta. Além de expressar a simbiose do cinema na cidade no sertão, Goiânia. De um lado a representação fílmica criadora de uma cultura global e, de outro, a realidade do sertão utilizada pelos meninos para interpretar o personagem do cinema.

As questões de gênero, cultural, geográficas e geopolíticas podem ser preponderantes no processo de apartamento de grupos sociais (CASTRO-GOMES, 2005). O filme Tarzan não

só fora exibido à época em grande parte do mundo, como também na cidade que nascia em meio ao cerrado no Brasil, Goiânia. Inserindo parte dos goianienses em um sistema mundo global, pelo capitalismo de entretenimento do cinema, em uma relação intersubjetiva e de forma cultural. Esta relação é descrita por Quijano (2005) a partir de um processo que originou-se em taxonomia de raças pelos colonizadores da América, depois da divisão racial do trabalho, criação de novas identidades até o padrão capitalista global do século XX (QUIJANO, 2005, et al). No qual se poderia incluir um padrão de poder hegemônico cultural por meio do cinema, como este encantamento sobre os meninos pioneiros de Goiânia.

Na nova capital do Estado, como supramencionado, havia algo incomum entre muitos habitantes do centro e da periferia da cidade, a origem rural. Todavia, àqueles que habitavam a zona central apreenderam com mais incisividade a ideia da modernidade. Por outro lado, mediante as questões sociais, de formação cultural dentre outras, trabalhadores periféricos adotaram uma forma de resistência social. Adaptativa àquela ideia de modernidade na construção do núcleo urbano.

GESTÃO DA MIGRAÇÃO PELO PODER PÚBLICO

A ida de muita gente do campo para a nova capital de Goiás foi motivada pela lei estadual nº 52, de 13 de dezembro de 1.935, pela qual se visava o cadastramento de famílias pobres e do meio rural em Goiás, e dizia que:

Art. 1 – às famílias, residentes no Estado de Goiás, que tenham 10 filhos menores, púberes ou impúberes, são asseguradas as vantagens seguintes, desde que tenham renda anual inferior a um conto e duzentos mil réis (1:200\$000).

- a) – Terão direito a assistência médica, dentária e farmacêutica, gratuitamente, onde houver médicos e dentistas subvencionados pelo Estado e postos de saúde;
- b) – serão registrados na Diretoria Geral de Serviço Sanitário para receber , anualmente, os favores que essa Repartição dispensa nos seus serviços;
- c) – terão direito, para os filhos, à matrícula gratuita em qualquer estabelecimento de ensino estadual, ou gozando de favores do Estado, e bem assim à proteção imediata das Caixas Escolares;

(...) Art. 2 – Os benefícios dessa lei se estendem às famílias nas condições do artigo anterior, residentes fora do Estado, e que, para Goiás, transfiram sua residência, dentro de três anos, a contar da publicação desta lei. (...)

Art. 5 – Os benefícios desta lei se estendem também às famílias, cujos filhos maiores, solteiros ou casados, estejam em estado de pobreza e residam com os pais.

Art. 6 - Por intermédio do Departamento próprio, o Poder Executivo fará intensa propaganda desta lei.

O fato da publicação da lei que “concede favores às famílias de prole numerosa” (com características de grupos rurais), logo após a transferência do interventor para a Goiânia em construção, faz notar-se que, muitos, em pobreza extrema, poderiam ter os benefícios supramencionados na nova capital. Cidade que estaria o chefe do executivo. Destarte que em até três anos após o decreto de transferência, praticamente toda a estrutura do governo estadual já teria sido instalada na nova capital.

A percepção de incentivo da política de migração de Pedro Ludovico Teixeira é corroborada pelo artigo sexto da lei nº 52/1935, na qual é dito que, “por intermédio do Departamento próprio, o poder executivo fará intensa propaganda desta lei”. Isso, em um momento de aumento do êxodo rural no Brasil.

Desde o final do século XIX, observa-se que a “configuração da agricultura brasileira, monocultura e concentradora da propriedade da terra”, provocara “o empobrecimento da população rural e, o conseqüente êxodo para as cidades” e isso passou a “preocupar os dirigentes do país”. (MACHADO, 1990, p. 146).

Não obstante, a construção de Goiânia seria uma ótima alternativa para o interventor de Goiás canalizar a questão do êxodo rural para concretizar seu projeto de núcleo urbano. Ofereceram-se benefícios sociais (ainda que, a maior parte destes não fora efetivado ao proletariado), com uma propaganda incisiva e chamativa. Ao mesmo tempo, a política imigratória ludoviquista atrairia mão de obra braçal, cadastrada pelo poder público para o surgimento da capital.

No mesmo ano no qual Pedro se transfere para Goiânia, já é utilizada a Diretoria que teria o cadastro das pessoas pobres, as quais iriam morar às margens dos cursos d’água, nas invasões e nos ranchos de palha no início da nova capital.

E para que a Diretoria Geral de Serviços Sanitários ser utilizada para cadastrar a população em extrema pobreza no Estado de Goiás? Por que não utilizar um serviço censitário específico? Entende-se que é justamente pelo fato destas famílias poderem estar em locais considerados de “risco”, nos quais poderiam ocorrer epidemias e doenças.

Já cadastradas as famílias, o governo, com a justificativa da saúde pública, teria mais facilidade para o “controle sanitário”, através da derrubada de casas nas margens dos córregos e ribeirões (o que houve). Poderia reassentar famílias e, até mesmo prisões de “ilegais”, se fosse o caso.

Observou-se “que o carisma do interventor foi um ingrediente importante nas relações entre o Estado e os trabalhadores da cidade. Um elemento inibidor da movimentação operária” (MACHADO, 1990, p. 149). Neste sentido, Ludovico tinha uma vantagem. Criado na Cidade de Goiás, na qual, à época, havia menos divisões entre campo e cidade, sendo da região e conhecendo o bioma cerrado, o mesmo teria facilidade de comunicação com os imigrantes da nova capital, provenientes de zonas rurais ou pequenas cidades (a maioria do chamado sertão).

Percebe-se assim, não apenas uma forma de domínio do ponto de vista econômico, mas, sob o prisma de conhecimento cultural dos imigrantes que chegavam aos milhares na Goiânia que ia surgindo aos poucos. Por outro lado, compreende-se que os pioneiros das periferias do núcleo urbano adaptaram-se às novas formas de vida em um processo de resistência a partir de uma resiliência cultural. Leff (2001) explica este processo como uma reafirmação da etnicidade das tradições ancestrais, em uma vontade de ser. Igualmente, “o ser atualiza suas origens identitárias, porém, ao mesmo tempo se reconstitui em um processo de afirmação da identidade e da diferença” (LEFF, 2001, p. 17) .

Com o conhecimento de suas origens do interior de Goiás e a obsessão de uma nova cidade “moderna” no cerrado, o interventor conseguiu, pelo menos em parte, mediar as ações do poder público que visassem certa estabilidade entre camponeses recém-chegados e fazendeiros vestidos de profissionais urbanos com seus familiares.

Por outro lado, já com um portfólio de cadastro de imigrantes, o poder executivo estadual agia por meio das Delegacias Regionais Sanitárias, que durante o Estado Novo, na Era Vargas, efetivavam ações de controle social. A justificativa era a da saúde pública, sobretudo, em locais considerados pobres e sem infraestrutura.

Nas áreas “legalizadas” da capital de Goiás em obras, consideradas relativamente “nobres”, trabalhara-se a saúde ambiental através da Secretaria Estadual de Educação e Saúde de Goiás, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde do Governo de Getúlio Vargas.

Nota-se que, o controle social com a justificativa sanitária e de saúde estava tão evidente, que as políticas públicas das duas áreas (Saúde e Educação), eram institucionalmente entrelaçadas, ocupando a mesma secretaria e ministério, respectivamente.

Quando tratava-se de coerção para os “não educados”, o sanitarismo e a saúde estavam juntos à Segurança Pública, por meio das Delegacias Sanitárias, Diretorias Gerais

Sanitárias, inspetores sanitários e, pelas “Forças Públicas” (o que corresponderia a atual Polícia Militar). Para o interventor seria primordial “a reorganização da Força Pública, uma vez que sobre ela é que se deveria erguer o alicerce da nova ordem” (FERREIRA, 1980, p. 127).

O incentivo de benefícios para atração de trabalhadores braçais, por intermédio de um cadastro em um órgão que tinha cunho sanitário, já levaria a outras justificativas à *posteriori* para possíveis ações do governo entre estes “cadastrados”.

Todavia, os lugares que residiam grande parte dos operários eram considerados “ilegais” para moradia. Onde seriam áreas para lazer, proteção dos cursos d’água e do núcleo urbano, aos poucos, foram sendo ocupados pelos imigrantes. Deste modo, considera-se a segregação ambiental “como uma das partes mais importantes da exclusão social” (MARICATO, 2001, p. 217).

Destarte que, escancara-se por meio da cidade o ambiente construído pela simbiose entre a modernização e o desenvolvimento do atraso. Os padrões urbanistas, leis, zoneamento e parcelamento do solo, “convivem com a gigantesca cidade ilegal, em que a contravenção é regra” (MARICATO, et al 2001, p. 217). Nesta regra o foco é a sobrevivência, pois, os imigrantes não tinham opções de moradias. Não obstante, esses assimilam seus modos de vida adquiridos em seus lugares de origem, com o enfrentamento da modernização da nova capital de Goiás.

SAÚDE AMBIENTAL

No que diz respeito à questão sanitária e ambiental, houve destruição de *habitats* de animais, vetores, e demais seres vivos da cadeia alimentar natural. Como consequência, protozoários causaram vários problemas de saúde pública na cidade, como os do gênero *plasmodium*, “artífices da conhecida malária”. (GALLI, 2007, p. 33).

Os que mais sofriam com as doenças eram os operários, os quais oscilavam em número nas obras. Isso causou grande preocupação à Pedro Ludovico Teixeira, pois, “se porventura num determinado dia estivesse no canteiro 200 trabalhadores, de repente no outro apenas 40 ou 50 poderiam voltar ilesos da contaminação da epidemia” (GALLI, 2007, p. 33).

Ou seja, o problema, segundo as memórias do próprio interventor, seria maior do que se imaginara.

Assim, observa-se nitidamente a relação da degradação ambiental com a proliferação de vetores e, conseqüentes epidemias durante a construção de Goiânia, o que envolve toda uma questão ligada ao meio ambiente urbano e silvestre. Pode-se perceber, assim, a relação entre homem e a natureza (plantas, animais e insetos), como Descola diz, citado por Escobar, que esta formaria a “comunidade socioeconômica, submetida às mesmas regras que os humanos” (DESCOLA, 1996, p.14 apud ESCOBAR, 2005, p. 72).

Um dos focos da malária estava justamente às margens do rio Meia Ponte, “local de extração de areia destinada à construção da Escola Técnica Federal, no atual bairro da Vila Nova, em Goiânia” (GALLI, 2007, p. 34.). O problema maior da epidemia era aquele local que estava com o meio ambiente degradado, com pessoas residindo perto das margens do rio, com moradias precárias.

Contrariou-se a recomendação de Godoi (um dos projetistas da cidade), que indicara que “as bacias dos riachos escolhidos para abastecer de água a futura capital sejam desapropriadas até as nascentes” (GODOI 1933, apud TEIXEIRA, 1973, p. 94). Mas, diferentemente do previsto, havia muitas moradias em locais não indicados para tais no Plano Diretor de Goiânia.

Em meios às construções Pedro Ludovico convidou profissionais de outros estados para a empreitada médica, como o fez através do convite ao médico Andrade Câmara, que estava no Estado do Mato Grosso. Tivera que vir às pressas para Goiânia para tratar os operários que construíram a Escola Técnica Federal a tempo para o Batismo Cultural. Que foi realizado em 05 de julho de 1942, tido como a inauguração oficial de Goiânia.

No entanto, estas ações médicas específicas tiveram como foco o prazo para a construção de edifícios, a ponto de Pedro Ludovico dizer – “Doutor Aníbal, eu preciso dessa obra para o Batismo Cultural”. - Muitos doentes, que não estavam nas obras e, residiam às margens dos rios e córregos, como no Botafogo, aparentemente, não tiveram esta ação estadual de convidar médicos com tanta rapidez para trata-los de suas enfermidades. Um exemplo, fora a lentidão da conclusão da Colônia Santa Marta, com o início em 1937, “a inauguração só ocorreu no ano de 1943”. (SILVA, 2008, p. 178)

Para “resolver o problema de esgoto, recorreu-se inicialmente às fossas sépticas, alternativa, no entanto incompatível com o crescimento que a cidade começava a experimentar” (ROCHA, Hélio. 2003, p. 50-51). Na cidade com a representação de modernidade no sertão, Goiânia, utilizara-se de sistemas rurais de tratamento de efluentes, as fossas, que se tornara uma adaptação do conhecimento do interior para a moradia em uma cidade erguida sobre o discurso modernista.

Outra característica dos camponeses que se assentaram perto e em meio à nichos de mata na região da antiga Campinas-GO, durante os primórdios de Goiânia, era a utilização de plantas medicinais do cerrado no combate à várias doenças. Prática proibida pelas autoridades e chamada de “curandeirismo” pelas mesmas. Farmácias homeopáticas e raizeiros eram fiscalizados pelo poder público para que se evitasse o “comércio ilegal” de plantas medicinais entre os trabalhadores. Também estes se arriscavam como “dentistas” sem nunca terem estudado para tal. O que foi outra forma de improvisação de operários mediante a carência de atendimento na saúde.

Por outro lado, o critério de fiscalização da flora para os empreendedores da nova cidade era diferente. Aroeira, jatobá e outras madeiras eram utilizadas para as construções de moradias e edifícios públicos na zona central (o que mudava era a finalidade da matéria prima utilizada).

Havia uma espécie de interação dos homens pobres que construíram Goiânia com os nichos de cerrado em volta e perto da periferia da mesma. Neste sentido, “os seres humanos participam do ecossistema tanto como organismos biológicos aparentados com outros organismos quanto como portadores de cultura”. (WOSTER, 1991, p. 206, et. al).

AS PAISAGENS E SUAS MUDANÇAS COMO FONTES HISTÓRICAS

Na divisa com o já então bairro de Campinas, “as nascentes situavam-se na imponente mata tropical de cabeceira que havia no atual Parque Zoológico de Goiânia” (GOMES, 2002, p. 18). Onde é atualmente a Avenida 24 de Outubro, havia “arborização nas duas laterais”, ali perto “esparsas habitações localizadas na depressão da Vila São José”. Ao sul, as fazendas Botafogo e Vaca Brava foram, ao poucos, dando lugar aos setores Bueno, Sul, Marista e deste ao Bela Vista. (GOMES, 2002).

Na cidade como um todo, “o uso do solo urbano revelava-se rarefeito, com densidade humana dispersa e pontuada, aqui e ali” (GOMES, 2002, p. 19). Woster (1991) cita a concepção das paisagens como documento histórico. Complementa esta percepção relembrando os *Annales* e os estudos de Bloch sobre a vida rural na França, de Febvre sobre a geografia social e de Fernand Braudel em sua obra sobre o Mediterrâneo⁴. Outra característica da história ambiental é justamente buscar, por meio de narrativas, reconstituir paisagens que já se extinguíram de determinados locais.

Àqueles que derrubaram as plantas nativas do cerrado para construir loteamentos em Goiânia, muitas vezes, sem planejamento e, em meio às especulações imobiliárias assumidas, tinham a visão e o norte capitalista do progresso. Não obstante, não fora perceptível a ênfase na preservação das matas e de animais nativos na grande maioria dos loteamentos (com exceção do projeto de construção e do Plano Diretor⁵).

Os empresários “visionários” que desmataram e degradaram o entorno do centro da nova capital, tiveram mais ênfase em grande parte da historiografia goiana do que o próprio cerrado que desapareceu destas áreas. Este é outro desafio da história ambiental, que é conceber a narrativa histórica em uma visão holística, que engloba paisagens naturais e suas transformações com a abordagem antrópica, a cultura, a socioeconomia, política e a percepções cognitivas dos respectivos sujeitos do meio ambiente que os mesmos interagem, e como os aspectos ambientais são concebidos pelos agentes sociais.

Não obstante o mundo natural integra-se ao mundo social. No caso de Goiânia, esta interação seria também permeada pela análise dos tipos de residências feitas de madeira e diversos tipos de minerais retirados do cerrado como argila e areia das margens dos córregos. Matérias primas que eram comercializadas para as construções desde as casas de adobe à cabanas e prédios públicos.

Plantas medicinais eram usadas contra doenças como a malária. Cavalos puxavam carroças, principal meio de transporte à época em Goiânia. Carros de boi eram vistos na cidade durante a década de 1930. Havia várias criações de fauna nas residências, dentre vários

⁴ Braudel concebe o Mediterrâneo como um espaço cultural. Pelo qual passou várias civilizações. Onde vários povos influenciaram e foram influenciados pelos fenômenos geofísicos da natureza. (BRAUDEL, 1988)

⁵ O projeto para a construção de Goiânia, elaborado por Atílio Correia Lima, previa que a cidade tivesse “áreas livres plantadas”, *parks-ways* (matas de galeria ao longo dos cursos d’água). Com a saída de Atílio na execução do projeto, o engenheiro Armando Augusto de Godoi, propôs um “cinturão verde” na cidade por meio dos córregos e ribeirões. O que também acabou não ocorrendo em sua plenitude.

outros elementos naturais que existiam na região de Campinas – GO, durante o surgimento da nova capital.

Nesta relação homem e natureza, no caso da construção de Goiânia, inclui-se o choque cultural das pessoas, que saíram de áreas rurais de um Estado que na primeira metade do século XX, era considerado “atrasado” economicamente e “esquecido”. Havia uma ideia de progresso e modernidade das autoridades protagonistas da construção de Goiânia. Nesta interação pôde se criar novas identidades.

Diferentemente do que muitos observaram, a maior parte do bioma da região onde se construiu Goiânia não se constituía de “pasto para gado”, mas, a mesma possuía uma biota conhecida no meio biótico de *cerradinho*, que é um tipo de cerrado mais rarefeito. *Cerradinho* que era permeado também pelo chamado *campo sujo*, que misturavam campo e subarbustos com vegetais retorcidos (GOMES 2002)..

Percebe-se uma diacronia evolutiva da história entre àqueles que planejaram as formas e características do projeto da nova capital, e os imigrantes considerados “simples” e de menor poder aquisitivo. Este choque cultural levou consequências ao meio ambiente do próprio município de Campinas (atual Goiânia), inclusive para o bioma que tinha previsão de ser preservado com a construção da cidade, que é o cerrado nativo.

Segundo Woster, a história ambiental “reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea”. Não de forma anacrônica, mas, abordando-se, por exemplo, “a evolução das epidemias e do clima, ambos os fatores sendo partes integrantes do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravada por uma falta de antevisão”, (LADURIE, 1974, p. 29 apud WOSTER, 1991, p. 201 et. al.). Além do processo de destruição da natureza, o crescimento populacional proliferou as percepções de mundos de diferentes grupos em meio ao espaço da Goiânia em construção.

Longe do núcleo urbano da cidade havia grupos sociais que sofriam uma espécie de encantamento com a ideia de progresso de quem morava no centro. Todavia, estes grupos estabeleciam um processo de adaptação cultural de suas origens em meio a uma urbanização crescente da nova capital, que também era construída culturalmente, tendo o meio ambiente como produto da interação dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o processo imigratório na nova capital de Goiás durante seu surgimento, dividiu-se na maior parte, entre os grandes latifundiários, comerciantes e prestadores de serviços especializados no núcleo urbano e os trabalhadores braçais e suas famílias, que viviam entorno da nova área na qual havia as primeiras obras e um imenso descampado.

Os trabalhadores periféricos da cidade, com origem no campo, teriam desenvolvido uma espécie de resistência à modernidade, com famílias continuando a exercer práticas do meio rural em solo urbano. Mas, estas práticas também eram desenvolvidas nas zonas centrais, por latifundiários.

Desde seu início, Goiânia passara por um sistema mundo global por meio da influência do cinema através de filmes como o Tarzan, que exercera fascínio, sobretudo, nas crianças. Novas perspectivas econômicas levaram a degradação de grande parte do cerrado nativo em Goiânia, o que fez mudar a paisagem do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás: Síntese dos acontecimentos da política e da administração pública em Goiás, de 1592 até 1935*. 1953. Goiânia – Estado de Goiás, Brasil.

BRAUDEL, Fernando; *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. Fernand Braudel; São Paulo, SP. Ed. Martins Fontes. 1988.

CÂMARA, Jaime. *Os Tempos da Mudança*. Goiânia 1979. Editora O Popular, 272 p.

CAMPOS, Francisco Itami. *A mudança da Capital: uma estratégia de poder*. In: *Cadernos do Indur* n 2. Goiânia, 1980

CARVALHO, Isabel Cristina; STEIL, Carlos Alberto. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. *Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental*, volume especial, mar. 2013, FURG, Rio Grande-PR, p. 59-79.

CASTRO-GOMEZ, La poscolonialidad explicada a los niños. *Editorial: Universidad del Cauca*. Instituto Pensar, Universidade Javeriana, , Colombia, 2005.

CHAUL, Nasr Nagyby Fayad, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: Ed. da UFG, 1997. 289 p.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo, en Lander, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas* (Buenos Aires: CLACSO/UNESCO), 2000.

ROCHA, Hélio. Sete décadas de Goiânia. Contato Comunicações 2003.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

FERREIRA, Joaquim Carvalho (1902-1970), *Presidentes e governadores de Goiás*, 1980. 174 p. (Coleção Documentos Goianos, 5). p. 127

GOMES, Horieste. *Lembranças da Terrinha*. Goiânia. Ed. do Autor, 2002. 226 p.

GALLI, Ubirajara. A história do batismo cultural de Goiânia. Goiânia: Ed. da UCG, 2007, 98 p.

LEFF, H. Construindo a História Ambiental da América Latina. *ESBOÇOS* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, Nº 13, p. 11-26, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>

GOIÁS. Lei estadual nº 52, de 13 de dezembro de 1.935.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia/Cegraf/UFG, 1990. 254 p. (Coleção Documentos Goianos, 18).

MARICATO, H. Metrôpole Periférica, Desigualdade Social e Meio Ambiente. In: VIANA, G.; SILVA, M. & DINIZ, N. (orgs.) *O Desafio da Sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 215-232.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*, 1979, Goiânia, Gráfica e Editora Lider. 663 p.

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10468/12202>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo na América Latina. In. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp. 227-278.

SILVA, Leyci Francisca da: Colônia Santa Marta e a Hanseníase em Goiás. SERPA, Élio Cantalício (Org). II MAGALHÃES, Sônia Maria de de (Org). História de Goiás: memória e poder. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 178.

SOUZA, Armênia Pinto. *Goiânia - A Saga dos Pioneiros*. Goiânia: Gráfica Oliveira, 1989.

WOSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>